

Universidade de Brasília
Faculdade de Filosofia

Lucas Vinícius Alves Noronha

A prudência segundo Tomás de Aquino: sua essência, seus momentos constituintes e seus opostos.

Brasília, DF

2022

Lucas Vinícius Alves Noronha

A prudência segundo Tomás de Aquino: sua essência, seus momentos constituintes e seus opostos.

Monografia apresentada como um dos requisitos para obtenção do Grau de Bacharel em Filosofia, submetida à banca examinadora em sessão de defesa oral pública.

Orientador: Prof. Marcos Aurélio Fernandes

Brasília, DF

2022

Título: A prudência segundo Tomás de Aquino: sua essência, seus momentos constituintes e seus opostos.

Aluno: Lucas Vinícius Alves Noronha

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Licenciado em Filosofia.

Brasília, 06 de maio de 2022

Marcos Aurélio Fernandes – Orientador
Professor da Faculdade de Filosofia (UnB)
Doutorado em Filosofia

Scott Randall Paine – Membro interno
Professor da Faculdade de Filosofia (UnB)
Doutorado em Filosofia

Agradeço a Deus, meus pais Márcio e Vanessa, meu irmão Bruno, meus amigos, em especial, Danilo, Sabrina e Daniel e ao meu orientador Marcos.

Resumo

Trata-se de um estudo sobre a prudência, como está definida por Tomás de Aquino na sua obra, a *Suma Teológica*. Ao estudar este autor, de alguma forma se estuda também a filosofia grega, representada em especial por Aristóteles, pois a obra de Tomás é principalmente influenciada pela tradição cristã e também por este pensador. Trataremos das etapas pelas quais a prudência se desdobra, suas partes constituintes, suas esferas de atuação, sua posição e influência perante as demais virtudes e veremos também como a ausência da prudência ou faltas nesta são danosas. A partir de conceitos centrais, a presente investigação buscou explicar a prudência, inserida no contexto da filosofia ética na qual se insere e como esta contribui para que o homem alcance a sua plenitude, a sua liberdade.

Palavras chave: Prudência. Filosofia. Virtude. Ética. Aristóteles. Tomás de Aquino. Liberdade.

Abstract

It is a study on prudence, as defined by Thomas Aquinas in his work, the *Summa Theologica*. When studying this author, in a way, Greek philosophy is also studied, represented in particular by Aristotle, since Thomas' work is mainly influenced by the Christian tradition and also by this thinker. We will deal with the stages through which prudence unfolds, its constituent parts, its spheres of action, its position and influence before the other virtues and we will also see how the absence of prudence or lack of it are harmful. Based on central concepts, the present investigation sought to explain prudence, inserted in the context of the ethical philosophy in which it is inserted and how it contributes to man reaching his fullness, his freedom.

Keywords: Prudence. Philosophy. Virtue. Ethics. Aristotle. Thomas Aquinas. Freedom

Sumário

1. Introdução.....	7
2. O contexto histórico filosófico e teológico de Tomás de Aquino	9
3. Aproximações de Tomás de Aquino com Aristóteles.....	12
3.1. Ética e moral.....	12
3.2. Das virtudes e suas divisões	14
4. A prudência na <i>Suma Teológica</i> de Tomás de Aquino.....	18
4.1. A essência da prudência	18
4.2. Dos momentos constituintes da prudência	25
4.2.1. As partes potenciais.....	25
4.2.2. As partes integrantes	26
4.2.3. As partes subjetivas	30
5. Sobre os meios de se tornar prudente: conhecimento, conselho e hábito	33
6. A imprudência e vícios que se opõem à prudência	36
7. Conclusão.....	43
8. Bibliografia	46

1. Introdução

O presente estudo tem como objetivo principal trazer luz a uma ótica mais leve e ao mesmo tempo profunda do fenômeno da vida humana e sua experiência. Mais interessa fazer e viver a história do que assisti-la como espectador. Retornando às origens do pensamento ocidental sobre a vida virtuosa, pretende-se apresentar uma via promissora para uma vida realizada e satisfeita. Não se trata de uma auto ajuda ou um passo a passo para conquistar o sucesso e uma vida feliz, mas explorar a potencialidade humana e despertá-la para o ato e consumação.

Segundo Nietzsche, em *A filosofia na época trágica dos gregos*, os clássicos, ou seja, os principais nomes da filosofia grega e medieval tratavam o conhecimento de uma maneira totalmente prática, ou ao menos tinham como marca a vontade e o forte desejo de viver o que aprendiam:

O impulso de saber, sem freios, é em si mesmo, em todos os tempos, tão bárbaro quanto o ódio ao saber, tanto que os gregos, por consideração à vida... refrearam seu impulso de saber, em si insaciável – porque aquilo que aprendiam queriam logo viver (apud AUBENQUE, 2003, p. 59)

Em um mundo no qual a tecnologia tem desenvolvido um outro tipo de realidade, que não substitui a realidade concreta, mas que se conecta e exerce influência direta sobre esta, se faz necessário compreender o tempo para se promover as adaptações cabíveis e vivê-lo. A realidade virtual das mídias sociais, acessadas através de tantos dispositivos tecnológicos, cresce cada vez mais. Se fizéssemos didaticamente uma distinção de uma realidade concreta e uma realidade virtual, encontraríamos pontos de encontro que mudam de forma contundente as relações humanas; sejam estas de poder, econômicas ou sociais.

Compreendemos que um bom diálogo e relação com o tempo diz respeito diretamente com o que foi legado, em especial, com o que foi construído e definido historicamente como a tradição do pensamento ocidental. No caso,

trataremos com maior atenção dois pensadores fundamentais para o pensar, a saber: Aristóteles e Tomás de Aquino.

Este estudo se propõe a dar atenção para a definição de prudência em Tomás de Aquino. Naturalmente, daremos ênfase também ao autor com quem mais estabeleceu diálogo em seus escritos, a quem ele se referia como o Filósofo, ou seja, Aristóteles.

A presente investigação visa trazer à tona o que a tradição a partir de Aristóteles buscou e defendeu. Qual é a causa final, isto é, qual a razão pela qual o ser humano vive? Vivemos e existimos para sermos felizes, para alcançarmos a *eudaimonia* (εὐδαιμονία). As formas pelas quais se pode ser feliz, ou buscar a felicidade não são unânimes entre os autores, muito menos o será em pessoas de diferentes culturas, nações, tradições religiosas, opiniões políticas, dentre tantos outros fatores sociais que distinguem as pessoas umas das outras.

Assim sendo, não se pretende encontrar uma solução definitiva, uma fórmula ou muito menos uma resposta universal para se viver uma vida feliz. Mas é certo que o movimento inicial desta investigação foi um olhar ao presente século, no qual observa-se necessidades gritantes.

Dentre estas, se destaca a necessidade de darmos uma resposta, uma possível saída ou ferramentas filosóficas à questão relativa à autonomia humana diante de sua própria vida. Em meio ao devir, a filosofia foi e é a matéria, o estudo que se importa com o pensar. Pensar de maneira sistemática sobre a vida. Porém, o que se pretende resgatar com o presente texto é a posição na qual a filosofia é não só teórica e intelectual, mas também prática e voltada para a ação. E como veremos, isso compõe a essência da prudência.

É crescente o número de vidas que se veem cada vez mais despropositadas e ausente de referenciais. A falta de decisão ou decisões ruins contribuem para indisposição da alma, isto é, para o desânimo. Desânimo que por sua vez pode corroborar para a doença da ansiedade ou depressão. A questão não é propriamente debater os dados ou trazer um aprofundamento psicológico ou sociológico, mas, como foi dito, retornar às origens do pensamento para ter uma boa visão do fenômeno da vida humana a partir da virtude, trazendo à mente conceitos e argumentos que apontem para a essência

da vida prudente, auxiliando a razão a um desdobramento intencional para melhor deliberar posicionamentos e ações, as quais visam as boas decisões e consequente resgate do bom ânimo. E como fruto disso, viver uma vida melhor, autônoma e livre.

O conceito de prudência (φρονησις) é o que há de ser desdobrado para jogar luz a algumas das inquietações do presente século. Com isso, não se pretende estabelecer um juízo definitivo sobre qualquer questão que se levante ao estudo, mas oferecer uma ferramenta para auxiliar na disposição para o viver.

A virtude por si só não estabelece posturas e ações a serem adotadas em situações particulares, mas enquanto universal ou uma maneira de viver adotada por pessoas exemplares, auxilia e orienta para que a retidão e a razão prevaleçam, dando espaço para a sabedoria e as demais virtudes que a acompanham e são demandadas em cada uma das situações. Desta maneira, o viver baseado nas virtudes têm a função de se dispor como base e referência para servir como o reduto para o crescimento de uma vida feliz, por satisfazer não somente a si mesma, mas em uma relação direta com o próximo, gerando felicidade tanto para quem oferece a sua vida moldada pelas virtudes, quanto para quem é beneficiado por posturas conduzidas pelas mesmas.

Os livros básicos adotados para abordar o tema são a *Suma Teológica* e a *Ética a Nicômaco*. Ler Aristóteles nos ajuda a compreender Tomás de Aquino e o contrário também se configura, ao lermos Tomás de Aquino compreendemos melhor Aristóteles. A partir de uma melhor compreensão da prudência em Tomás de Aquino, buscaremos, de maneira mais geral, lançar luz sobre o conceito de Aristóteles. Estabelecendo um diálogo entre as definições e por fim apresentando o pensamento sistemático sobre a prudência e sua possível resposta para que as pessoas sejam felizes e consigam atingir sua autonomia, sua liberdade.

2. O contexto histórico filosófico e teológico de Tomás de Aquino

A investigação de Tomás de Aquino não se dá apenas pelo desejo do autor de melhor compreendê-la, mas parte da própria *Bíblia*, utilizada no cristianismo. Dadas as tantas diferenças e semelhanças de um catolicismo e protestantismo confessional, vale citar que o cânon bíblico destas confissões é distinto.

Tomás de Aquino estava inserido no período da Idade Média – período abrangido historicamente entre os séculos V e XV. Mais especificamente, sua vida se deu no século XIII. Neste tempo havia uma grande atenção e produção de estudos a partir das bases estabelecidas pelo cristianismo, pois havia uma relação direta do clero com a realeza, da igreja com o estado. Essa realidade foi se confirmando cada vez mais a partir do Edito de Tessalônica, decreto do imperador Teodósio, no ano de 380, que estabelecia o cristianismo como religião oficial do Império Romano.

O período no qual Tomás foi posicionado é o da Escolástica, uma fase e escola de pensamento na qual a forma de viver a fé buscava se aproximar mais da razão. Era marcada também por um crescente interesse pelos escritos de Aristóteles:

Expoente máximo entre os escolásticos, verdadeiro gênio metafísico e um dos maiores pensadores de todos os tempos [...], elaborou um sistema de saber admirável pela transparência lógica e pela conexão orgânica entre as partes, de índole mais aristotélica do que platônicoagostiniana. (REALE, 2003, p. 211)

Quando se trata das virtudes cardeais, encontramos respaldo bíblico dentro da tradição católica e não encontramos na tradição protestante, pois estas se encontram no *Livro da Sabedoria*, presente na *Bíblia* católica e ausente na *Bíblia* protestante. Como se sabe, os livros religiosos e seus dogmas são o centro de qualquer religião. Logo, se temos que na *Bíblia* adotada por Tomás de Aquino é determinado que existem quatro virtudes cardeais, é de se notar com maior atenção o que o autor pensa sobre o assunto, pois não diz respeito somente à sua perspectiva de pensamento, mas envolve toda a sua vida, estando profundamente enraizada em seu ser, conduzindo não só os seus escritos e vida intelectual, mas a vida em seu sentido total.

Dada a importância do texto para o autor, vejamos a que nível o livro bíblico expõe a prudência (presente na *Bíblia* usada no catolicismo e ausente na

Bíblia usada nas confissões protestantes): “Se alguém ama a justiça, as virtudes são os seus frutos, pois é ela quem ensina a temperança e a prudência, a justiça e a fortaleza, que são na vida os bens mais úteis aos homens.” (Livro da Sabedoria 8:7).

Com base no *Livro da Sabedoria*, apoiando-se no que chamamos virtudes cardeais, ou seja, virtudes que são base para as demais. Podemos recorrer à etimologia da palavra para entender que “cardus” se traduz também por gonzo, eixo em torno do qual se abre a porta. Abdicar da *prudencia*, a virtude cardinal das cardeais, significa perder o eixo, o gonzo, tornar-se “des-engonçado” existencialmente (LAUAND, 2003, 323).

No versículo em destaque observa-se uma relação direta entre a vida virtuosa e o amor à justiça. Não só na antiguidade, mas também na era moderna e no presente século, temos a literatura, as artes cênicas, visuais, as próprias ciências humanas, a filosofia e tantas outras denominações intelectuais em uma busca incessante por uma compreensão e definição do que vem a ser o amor e a justiça. Temos o próprio Platão retratando o amor e a justiça em suas obras, *O Banquete* e *A República*, respectivamente.

Tomás de Aquino apresenta sua perspectiva sobre as virtudes cardeais, de forma resumida, neste trecho da *Suma Teológica*:

A prudência não é senão um discernimento correto em relação a alguns atos e matérias; a justiça, por sua vez, é a retidão do espírito pela qual fazemos o que devemos, em qualquer situação; a temperança é a disposição do espírito que impõe medida a todo tipo de paixão e de atividade, para que não ultrapassem os devidos limites; e, por fim, a fortaleza é a disposição da alma que fortifica no que é racional, contra todos os ataques das paixões e todas as dificuldades no agir. (ST I-II, Q. 61, A. 3)

Histórica e filosoficamente existe uma forte presença e influência da tradição grega, através de Platão, Aristóteles, representantes das escolas helenísticas e do neoplatonismo, contribuindo com a filosofia cristã apresentada e consolidada historicamente, cuja um dos seus maiores representantes é Agostinho. A partir de uma forte busca por parte de filósofos do Oriente Médio, árabes como Averróis e Avicena temos um interesse crescente pela obra de Aristóteles, a qual veio a influenciar de maneira contundente o pensamento de

Tomás de Aquino. Há um comum acordo entre os autores naquilo que suas perspectivas filosóficas buscavam: o Bem. Havia nestes pensadores um anseio por um bem maior, que residiam – não só, mas especialmente – na compreensão e busca pelo amor e justiça. Cabe ressaltar que a partir da realidade católica, passou a existir um apelo e atribuição maior a Deus, a partir de quem se supõe que emana todo o bem.

3. Aproximações de Tomás de Aquino com Aristóteles

3.1. Ética e moral

Antes de dar continuidade a este estudo e compreender propriamente o que Tomás de Aquino entendeu sobre a prudência, devemos precisar o que entendemos por ética e moral. Além de não se fazer uma distinção clara ao que estes termos remetem, costumam ser usados de maneira vazia. Há também casos nos quais estes termos designam a mesma coisa.

Observamos que “moral” deriva do latim *mores* que significa costumes. Faz referência aos usos e costumes de uma determinada sociedade, bem como seus modos de se comportar, os quais não são necessariamente determinados pela lei, podendo ser determinados historicamente e por fatores sócio culturais. Desta maneira a moral se configura de maneira informal, se distinguindo daquilo que a religião, o direito e demais instituições públicas ou privadas se ocupam em formalizar – através de sacramentos, leis e contratos – naquilo que diz respeito à conduta das pessoas na sociedade.

Em um sentido estrito, moral e ética são a mesma coisa quando tratam-se de uma “teoria moral”, ou seja, de um estudo sobre a moralidade. A ética, por sua vez, em sentido mais próprio, é o estudo filosófico; é a teoria da moral. Parte constituinte da filosofia, a ética pode ser chamada também de “*filosofia prática*” ou “*filosofia moral*”. Abbagnano – em seu *Dicionário de Filosofia* – a define como ciência da conduta. (ABBAGNANO, 2007, p. 380)

Além do mais, comumente se traduz a palavra *episteme* por “ciência”, mas deve-se entender que na experiência grega, o saber era acompanhado do fazer

determinada obra, realizar alguma tarefa ou dominar uma arte. Para os antigos o agir era uma consequência do ser, por esta razão mais do que perguntar como o homem deve agir, a ética questiona como o homem deve ser. Essa afirmação é fundamental para iniciar o estudo filosófico, pois a perspectiva de Tomás de Aquino entendia que o universo foi criado; e a sua compreensão do comportamento do homem neste mundo depende – radicalmente – de sua concepção da criação (TORRELL, 2008, p. 276) Sobre como o homem deve ser, desde a antiguidade, a filosofia se deu em três direções de interrogação:

1. Filosofia racional: ciência lógica (*episteme logiké*) – investigação do *logos*, isto é, da linguagem e do pensamento;
2. Filosofia natural: ciência física (*episteme physiké*) – investigação da *physis*, isto é, da natureza das coisas;
3. Filosofia moral: ciência ética (*episteme ethiké*) – investigação do *ethos*, isto é, da existência humana.

Além disso, algo que passa despercebido em nossa linguagem é como os gregos podiam escrever a palavra que traduzimos por “ética” (*ethos*), a qual Tomás indica que pode ser escrita de dois modos (ST I-II, Q. 58, A.1):

1. Com épsilon (ϵ): ἔθος - neste caso, *ethos* significa hábito, uso, costume, tradição;
2. Com eta (η): ἦθος - neste caso, *ethos* significa morada, domicílio, lugar habitual, ambiente.

A escrita com “*épsilon*” designa o sentido usual e que melhor conhecemos de ética, já a escrita com “*eta*” nos abre para um sentido mais profundo da ética. Como foi dito, a filosofia moral se importava em estudar como o homem deve ser e não somente como deve agir. O termo ἦθος (*ethos*) fornece uma compreensão que entende a correspondência necessária do modo de agir do homem com o local onde está inserido, na sua habitação, como e onde vive. (FERNANDES, 2022a, p. 2)

Quanto a primazia do bem, Aristóteles é decisivo logo no começo da *Ética a Nicômaco* quando escreve:

Admite-se geralmente que toda arte e toda investigação, assim como toda ação e toda escolha, têm em mira um bem qualquer; e por isso foi dito, com muito acerto, que o bem é aquilo a que todas as coisas tendem. (EN, I, 1, 1094 3)

Assim sendo o bem é a causa final de todas as coisas, é a razão principal por trás de tudo que se faz. Sendo o bem o fim visado por todas as coisas, precisamos tratar diretamente da sua aplicabilidade com relação àquilo que é o interesse da ética, aquilo com o que se preocupa: o homem, o qual, segundo Aristóteles, é conduzido por quatro causas a saber: material, formal, eficiente e final. Temos que a felicidade é entendida como o propósito da conduta humana, é a sua finalidade, conduta esta conduzida a partir de sua natureza racional (EN, I, 7, 1097b-1098a), a qual determina as virtudes necessárias para se chegar a esta felicidade (ABBAGNANO, 2007, p. 380).

Segundo Aristóteles, o homem tem como sua causa final o ser feliz, essa felicidade (εὐδαιμονία) se dá através de uma vida de virtude (ἀρετή); Virtude que por sua vez visa o bem, ou seja, ser feliz carrega em si a concepção de ser do bem. A plenitude do homem, a sua consumação está em ser virtuoso, pertencendo ao Bem supremo. Na língua grega ἀρετή carrega em si o significado de um vigor que possibilita a perfeição, a consumação de uma obra em sua excelência. Esta palavra foi traduzida pelos latinos por *virtus*. Os termo ἀρετή e *virtus* significam a excelência da alma, no qual o homem exala o melhor de si, sendo livre alcançando a realização de sua essência. (FERNANDES, 2022a, p.96-99).

3.2. Das virtudes e suas divisões

Tendo bem delineado o conceito de ética e moral, importantes para a filosofia aristotélica e tomista, temos o seguinte trecho de Vaz, o qual apresenta boa síntese do que trataremos sobre a virtude:

A noção de virtude na filosofia socrática sustenta a expressão universal da vida ética, expressão essa que encontramos nas éticas platônica, aristotélica, helenística e cristã, tendo como base as chamadas virtudes cardeais, dando razão igualmente da universalidade da noção de virtude. Visto o agir humano nas suas modalidades fundamentais, Aristóteles oferece um roteiro

de investigação das várias formas do agir ético que se diferencia de acordo com a multiplicidade dos objetos ou fins, confluindo no arquitetônico trabalho feito por Tomás segundo a ordem das virtudes cardeais e teologais (VAZ, 2004. p. 148-152).

A virtude se assimila com o aprendizado ou também com o hábito. Assim, *“nenhuma virtude é justaposição ocasional de boas ações, ainda que estas venham a ser inumeráveis, mas [a virtude é] hábito predisponente ao agir bem”* (SILVEIRA, 2018, p. 545). Com essas duas formas de se viver virtuosamente, Aristóteles atribui importante distinção:

Sendo, pois, de duas espécies a virtude, intelectual e moral, a primeira, por via de regra, gera-se, e cresce graças ao ensino - por isso requer experiência e tempo; enquanto a virtude moral é adquirida em resultado do hábito, donde ter-se formado o seu nome por uma pequena modificação da palavra *ἔθος* (hábito). Por tudo isso, evidencia-se também que nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza; com efeito, nada do que existe naturalmente pode formar um hábito contrário à sua natureza. Por exemplo, à pedra que por natureza se move para baixo não se pode imprimir o hábito de ir para cima, ainda que tentemos adestrá-la jogando-a dez mil vezes no ar; nem se pode habituar o fogo a dirigir-se para baixo, nem qualquer coisa que por natureza se comporte de certa maneira a comportar-se de outra. (EN II,1,1103a 14-24)

De forma resumida, a virtude intelectual tem por objeto a verdade; a virtude moral, o bem. O fim das virtudes morais é o bem humano. O bem da alma humana é ser segundo a razão. As virtudes intelectuais se desenvolvem pelo ensino e demandam experiência e tempo.

A virtude dianoética, através do intelecto, adere aos princípios, conduzindo a vontade a aderir o fim último, que é a felicidade. O intelecto configura-se, então, como o motor móvel, anterior à vontade (ST I, Q. 82, A. 3, ad. 2)

A vontade é uma tendência racional: ora, toda a tendência é tendência ao bem; e a razão disto é que a tendência não é outra coisa que inclinação do sujeito para alguma coisa, e toda a coisa é inclinada a algo de semelhante e conveniente. Porque, pois, toda coisa, enquanto ente e substância, é boa, é necessário que toda inclinação seja para o bem. Por isso, Aristóteles diz no I livro da *Ética* que o bem é aquilo a que toda a coisa tende. Mas carece de ter presente que aquilo a que tende

o apetite animal ou aquele voluntário é o bem conhecido. Para que, pois, a vontade tenda a alguma coisa não se requer que tal coisa seja boa de verdade, mas que seja conhecida como boa. E por isto Aristóteles diz no I livro da Física que o fim é o bem ou aquilo que aparece como bom (ST I-II, Q. 8, A. 1)

Quanto às virtudes éticas – ou morais – Abbagnano esclarece que correspondem à parte apetitiva da alma, na medida em que esta é moderada ou guiada pela razão (EN, I, 13, 1102b 16), e que consistem no justo meio entre dois extremos, dos quais um é vicioso por excesso, o outro por deficiência. (EN, II, 6, 1107a 1) (ABBAGNANO, 2007, p. 387)

O meio-termo, segundo Aristóteles, pode ser definido em relação às coisas ou a nós. Donde se costuma dizer que nas boas obras nada se tem a tirar nem a acrescentar, visto que o excesso e a falta arruínam o bom, enquanto o justo meio as salva. Ora, o bem de uma coisa encontra-se no seu justo meio. “Contudo, o justo meio é definição apenas da virtude ética ou moral, porque só ela diz respeito a paixões ou ações suscetíveis ao excesso ou deficiência” (ST I-II, Q. 59, A. 1; ABBAGNANO, 2007, p. 657). Este mesmo meio termo não segue um padrão, nem é dado por cálculos abstratos ou absolutos, mas deve ser encontrado conforme cada situação exige.

Para compreendermos melhor o papel das virtudes morais, devemos considerar o meio-termo próprio das virtudes. Com efeito, as virtudes morais estão no meio-termo, pois, como dissemos a virtude, por meio da razão, ordena o homem para o bem, sendo que a virtude moral aperfeiçoa a parte apetitiva da alma. Vimos inclusive que, o bem de tudo é aquilo conforme a sua própria noção ou determinação. Consequentemente, o mal está em desacordo com a determinação própria de algo, e isso pode acontecer em dois modos: ou se ultrapassou a medida ou não se a atingiu. Assim, o bem da virtude moral está no ajustamento à medida. Entre o excesso e o defeito, o meio é a conformidade. Portanto a virtude moral consiste no meio-termo (ST I-II, Q. 64, A.1).

Tomás de Aquino defende a tese de Aristóteles sobre a divisão das virtudes entre intelectuais e morais. Bem como observa a interdependência das mesmas (ST I-II, Q. 58, A. 1-5). A sabedoria, a inteligência e a ciência são as virtudes intelectuais e têm como objetos o que é necessário (ST I-II, Q. 58, A. 1-

5), a prudência e a arte também são intelectuais, porém, versam sobre contingências.

Com uma visão acertada a prudência não admite erros, diferentemente da arte que por vezes é conduzida pelas paixões da alma, ou seja, pelos prazeres e dores. São admissíveis falhas na arte, porque pode caminhar por tentativa e erro; o mesmo não se configura com a prudência, pois a visão não pode ser opaca, a vida humana, em suas ações, por sua seriedade ou gravidade, não podem ser aprendidas com este método.

Além de concordar com essa divisão das virtudes, acrescenta uma outra categoria que se relaciona diretamente com Deus, nomeando-as virtudes teologais.

As virtudes teologais são assim nomeadas porque carregam em si a realidade de terem Deus como causa e também alvo. As virtudes teologais não consistem neste meio-termo pois diz respeito a Deus, e neste caso, não se pode pecar por excesso amando-o. O homem pode alcançar a felicidade de maneira dupla, conquistada por sua natureza humana e a outra participando da natureza divina, a qual só pode ser alcançada pela graça, sendo impossível excluir o auxílio divino. As virtudes teologais devem necessariamente exceder a natureza humana, pois tem Deus como objeto e só podem ser infundidas por ele, ultrapassando o conhecimento da razão, reveladas “unicamente pela revelação divina, na Sagrada Escritura” (ST I-II, Q. 62, A. 1).

A definição e argumentação sobre a virtude encontram-se especialmente na questão 55 da I seção da II parte. Tomás de Aquino estabelece uma correspondência entre os hábitos e as virtudes. Enquanto os hábitos maus se relacionam com os vícios, os bons hábitos se relacionam com as virtudes. Tomás de Aquino chega a afirmar que as virtudes são hábitos (ST I-II Q. 55, A. 1). Como podemos observar, há uma forte concordância de Tomás com a perspectiva de Aristóteles. A arete grega, traduzida pela virtus latina configura uma excelência do pensar e do agir em direção a eudaimonia, à felicidade. Buscart a perfeição através da vida virtuosa é o que trará a felicidade.

Com base na primeira epístola aos Coríntios – escrita por Paulo – Tomás de Aquino define as três virtudes teologais. Na epístola ao Hebreus (12:2) o autor apresenta Deus como sendo o autor e consumidor da fé, ou seja, corresponde com a própria definição do que vem a ser as virtudes teologais. De forma resumida, a fé é mais do que aderir à verdade de Deus, é uma entrega completa; a esperança é audácia humana de não esperar outra coisa a abaixo de Deus mesmo; e a caridade é a rainha das virtudes teologais, a virtude suprema, responsável por dar forma e estruturar as demais virtudes teologais, bem como as cardeais. Não se pode ser prudente sem a virtude da caridade. A caridade é o estabelecimento da comunhão e amizade entre o homem e Deus (FERNANDES, 2022a, p. 130). Diante disso, convém melhor explicar o que vem a ser a prudência para Tomás de Aquino, a qual é definida como a reta razão do agir (*recta ratio agibilium*).

4. A prudência na *Suma Teológica* de Tomás de Aquino

4.1. A essência da prudência

Para sermos mais diretos e eficazes neste estudo, partimos do conceito de que a prudência é definida como a reta razão do agir. Esta virtude ganha centralidade nas questões 47 a 56 e seus respectivos artigos, na segunda parte da segunda seção, da *Suma Teológica*.

A escrita da *Suma Teológica* assume o formato de questões seguidas de respostas provisórias, pontos que confirmam a resposta inicial, em muitos casos, um contraponto e a resposta do autor, a qual poderá confirmar ou não a resposta inicialmente dada, por uma tradição escolástica, Tomás de Aquino tinha o hábito de contrapor ideias, prática comum ao *disputatio*, um momento e lugar no qual os pensadores argumentavam contrariamente acerca de algum assunto. Como fruto dessa prática, Tomás de Aquino estrutura a *Suma Teológica*, demonstrando as razões e respostas da tese que está sendo defendida, e por fim, se posiciona, concordando ou não com os pontos apresentados.

Temos um estudo minucioso de Tomás de Aquino quanto à prudência. A questão 47 é aquela na qual o autor irá melhor anunciar o seu entendimento

sobre esta virtude. Para validar sua posição, ele toca em questões básicas como “A prudência é uma virtude?”. E este é o quarto artigo da citada questão.

Assumindo como exemplo este artigo, pode-se observar uma recusa inicial. A primeira defesa é de que a prudência não é uma virtude. Essa resposta é assumida em três pontos da leitura que Tomás faz de Agostinho, Aristóteles e do livro de Provérbios. A questão não é afirmar categoricamente que estes autores defendem a posição de que a prudência não é uma virtude. Mas algumas constatações e afirmações que conduzem a esta resposta, a qual Tomás queria contrariar. Pois a sua conclusão é de que a prudência é sim uma virtude. Esta forma de exposição é adotada por toda a *Suma Teológica*.

Com isso, vamos analisar, esclarecer e comentar as questões nas quais Tomás de Aquino discorre acerca da prudência. A análise cumpre a função de leitura, exposição e explicações concernentes ao texto. O esclarecimento cumpre com uma explicação resumida e com o fim de trazer à luz a compreensão geral do que Tomás chama “prudência”. Os comentários estão baseados não só em autores comentaristas ou que dialogam com este texto de Tomás, mas também concepções pessoais para obter respostas à questão e dificuldades enfrentadas no presente período, as quais conduzem a presente investigação e evidenciam como o estudo das virtudes, em especial, da tradição filosófica, da prudência e de Tomás de Aquino são atuais.

A prudência se dá em três momentos estruturais: a deliberação, o julgamento e a decisão. Antes de tudo, deve-se compreender que a prudência reside na razão. Quando se pergunta pelo “porquê?” de algo, a questão faz apelo para a razão. A prudência encontra-se em especial, na razão prática, não na especulativa. A razão prática é ao mesmo tempo perceptiva (cognitiva) e imperativa. É cognitiva, por portar uma disposição de conhecer os primeiros princípios da lei natural; e é imperativa, pois direciona, por meio de um comando, a volição e a ação. A confirmação de que a prudência reside na razão é confirmada por Tomás de Aquino na concepção que Isidoro tem, de que a prudência é associada à visão, a qual é cognoscitiva (ST II-II, Q. 47, A. 1). Ou seja, pertence à razão. Uma das definições que distingue uma pessoa prudente é o fato de ela enxergar longe, isto é, uma pessoa que consegue ser perspicaz e saber se uma situação, lugar ou caminho será proveitoso ou não; se será bom

ou mau. A respeito disso, Agostinho, afirmou que “*a prudência faz com que a pessoa entenda o que é correto desejar e o que não*”. (AGOSTINHO, 1995, p. 57-58)

Isidoro afirmou que “o prudente é assim chamado porque é como aquele que vê ao longe” (ST II-II, Q. 47, A. 1), um olhar transparente e de longo alcance. A prudência fornece a visão necessária para o ser humano se realizar. Em uma concepção cristã: ser feliz em Deus e com Deus na eternidade, este é o seu fim. A visão prudente não perde de vista o seu fim, mas também sabe escolher os meios para alcançá-lo.

Além disso, Tomás compreende que a prudência pertence à razão prática, não à especulativa, pois é aplicada à obra, ao fazer. A posição de que pertence à especulativa reside no fato de a prudência ansiar uma ciência mais perfeita, e isso se atribui à razão especulativa. Essa é, inclusive, a posição de Ambrósio e Aristóteles, segundo Tomás.

A prudência tem centralidade na ética, ser prudente é saber tomar a decisão certa. É tanto cognoscitiva, como prescritiva. Isso quer dizer que a prudência trata de conhecer a realidade concreta, para decidir a ação apropriada, segundo Tomás é a principal dentre as virtudes cardeais; é guia das virtudes.

O principal ato da prudência é comandar, é no estágio imperativo que se destaca o aspecto perceptivo da prudência. Se o ato prudente se resumisse à deliberação e ao juízo, teríamos uma virtude meramente especulativa. Pessoas que tem por característica imaginar grandes projetos e sonhos, mas não os realizam podem ser consideradas imprudentes. Não basta ser visionário ou sonhador, é necessário colocar em prática. O comandar é o ato mais próximo ao fim ao qual se propõe a razão prática. E com o resultado deste comando, é possível conferir se a deliberação e o julgamento foram feitos de maneira correta. Neste sentido, Pieper escreveu:

A primazia da prudência significa que a realização do bem tem como pressuposto o conhecimento da realidade. Só pode proceder bem quem sabe como as coisas são e como se relacionam. Não bastam, pois, a chamada “boa intenção” e chamada “boa opinião”. A realização do bem pressupõe uma conformidade do nosso agir com a situação real – quer dizer, com as realidades concretas que rodeiam uma atitude humana – e, por consequência, uma lúcida objetividade sobre estas realidades concretas. (PIEPER, 1960, p. 19)

Ou seja, uma boa ação, um bom comando parte de uma boa deliberação e juízo da realidade, é necessário conhecê-la. Neste trecho confirma-se que o projetar e sonhar por si só são insuficientes para que a prudência cumpra o seu papel. A prudência é iniciada, tem sua primazia no intelecto e para ter o seu desfecho, deve comandar.

A definição precisa escrita por Tomás de Aquino trata a prudência como a reta razão do agir. Desta maneira, não cabe apenas nos moldes da razão especulativa, a qual realiza silogismos, proposições e normas. Pensar a razão especulativa, por sua vez, nos conduzem a uma reflexão sobre universais. Mas deve-se observar que, apesar dos silogismos serem de especial interesse dos universais, existem também os silogismos práticos, os quais tratam da singularidade da situação e servem para a deliberação.

De fato, a premissa maior deve partir dos silogismos universais, ou seja, a vida voltada para o sumo bem, para a felicidade. A premissa menor trata do singular. O juízo deve considerar a singularidade da situação. A conclusão resulta desta conjunção do universal e do singular.

Esta é a questão do terceiro artigo da questão 47: “A prudência conhece os singulares?” ao que o autor conclui que deve sim conhecer tanto os princípios universais da razão quanto os singulares, os quais são o objeto das ações.

Não compete à prudência, nem é possível a esta que conheça todos os singulares, nem faça uma análise apurada dos universais. Mas é sua função ter um conhecimento destes universais e criar uma conexão com os singulares, a fim de cumprir com o que é próprio: estabelecer e cumprir com a reta razão do agir.

Aristóteles é usado por Tomás para confirmar esta posição. O Filósofo defende que a razão tem por objeto os universais, a prudência deve – por definição – conhecer os universais. E por outro lado, defende também, que o prudente deve conhecer os singulares cabíveis.

A prudência versa sobre a realidade contingente, da atualidade, daquilo que se referem como o “aqui e agora”, trata do singular e infinitamente variado, o qual exige decisões. Por isso, o homem prudente deve saber enxergar a exigência da realidade, sendo necessária uma capacidade intelectual de ver o real. Não a realidade de uma teoria por si só, mas concreta, que precisa decidir

entre aquilo que traz benefício e fugir daquilo que traz prejuízo. Esse dilema que envolve a decisão diária é representado pelo jagunço Riobaldo em Grande Sertão: Veredas:

Sempre sei, realmente. Só o que eu quis, todo o tempo, o que eu pelejei para achar, era uma só coisa — a inteira — cujo significado e vislumbrado dela eu vejo que sempre tive. A que era: que existe uma receita, a norma dum caminho certo, estreito, de cada uma pessoa viver — e essa pauta cada um tem — mas a gente mesmo, no comum, não sabe encontrar; como é que, sozinho, por si, alguém ia poder encontrar e saber? Mas, esse norteado, tem. Tem que ter. Se não, a vida de todos ficava sendo sempre o confuso dessa doideira que é. E que: para cada dia, e cada hora, só uma ação possível da gente é que consegue ser a certa. Aquilo está no encoberto; mas, fora dessa consequência, tudo o que eu fizer, o que o senhor fizer, o que o beltrano fizer, o que todo-o-mundo fizer, ou deixar de fazer, fica sendo falso, e é o errado. Ah, porque aquela outra é a lei, escondida e vivível, mas não achável, do verdadeiro viver: que para cada pessoa, sua continuação, já foi projetada, como o que se põe, em teatro, para cada representador — sua parte, que antes já foi inventada, num papel... (ROSA, 2019, p. 361)

Riobaldo afirma que há um caminho estreito o qual todos conhecem de antemão, porém de maneira encoberta. De fato, o intelecto tem suas aptidões e inatismos, apesar de tantos relativismos, temos um senso que diz o que é certo e o que é errado, a isso atribuímos à razão. Porém, os meios para se chegar ao fim - para se fazer o certo e fugir do errado, atingir o bem, recusando o mal - são diversos, tanto quanto as pessoas e as circunstâncias o são. Por isso, cada pessoa, nas palavras do jagunço “tem o seu papel”. Deve-se descobrir o que está “encoberto”, porém, não há regras, nem um passo a passo para o fazê-lo conforme a prudência. Cabendo a cada deliberar, julgar e eleger a ação cabível para mover o desencobrimento.

Atentando para a afirmação de que a prudência é a reta razão do agir, observa-se que esta pode ser tomada em quatro sentidos. A saber: em seu ser

(é), em seu encaminhamento (reta), em sua orientação e determinação (razão) e na sua atividade (agir).

O ser da prudência se desdobra justamente no entendimento e aplicação de seu conceito. A questão 47 da *Suma Teológica* é nomeada “Da prudência em si mesma”, a questão que inaugura o capítulo que Tomás trata propriamente da virtude da prudência.

Cabe perguntar: o que se pretende dizer por “reta”? No livro de Deuteronômio (28:14) há uma passagem que diz: “não se desvie nem para direita, nem para a esquerda”. Se faz necessário uma observação, como foi dito, Isidoro define a prudência como um “ver além”, em outras palavras é “ter visão” (ST II-II, Q. 47, A. 1). Ter visão, na linguagem comum se trata de futuro, ou seja, uma pessoa de visão é aquela que consegue enxergar além do que os olhos naturais podem ver, é o que a todo momento os profetas bíblicos vivenciam em sua experiência pessoal com Deus, destacando figuras importantes para a experiência de fé cristã e judaica, Abraão e Moisés.

Prudência é o olhar transparente e largo da mente, um olhar de longo alcance, que penetra longe. A prudência é olhar da mente que, em meio às urgências das decisões e das ações temporais, não perde de vista o fim, isto é, o sentido do existir humano: ser feliz em Deus e com Deus na eternidade. Não somente não perde de vista o fim, como também sabe escolher os meios para alcançar este fim.

Trazendo para uma realidade mais próxima, temos Juscelino Kubitschek, por exemplo, que teve a visão de mover a capital brasileira para o centro do país, atual Brasília. Em que esta decisão implicou? Permitiu que o país se desenvolvesse para além do eixo econômico estabelecido na região Sudoeste, em especial os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Dados estes exemplos, não é a proposta deste estudo detalhar a retidão dos passos que essas pessoas deram com relação ao que viram, mas o fato de terem visto a sua própria realidade e para além dela. E como, a partir desta visão se guiaram, e causaram impactos significativos na vida de cidades, povos e nações. Pessoas de visão que causaram transformações profundas na realidade da sociedade são fundamentais, a ponto de não repercutir em sua geração, mas

também nas futuras. A decisão de Kubitschek ainda está impactando todo o Brasil, e em especial, as pessoas que moram na cidade de Brasília.

Na experiência cristã, temos a centralidade da fé, a qual é definida como sendo “a certeza de coisas que se esperam, a convicção de fatos que não se veem” na carta aos Hebreus (11:1). Essa mesma fé é descrita pelo apóstolo Paulo – na carta aos Romanos (1:17) – determinando-a como central na vida do justo, baseado no livro do profeta Habacuque (2:4), ele escreve: o justo viverá pela fé. Ou seja, o desdobramento do ser, por excelência cristão, é uma vida criada e consumada pela fé. Segundo relatos históricos, conta-se que Martinho Lutero à luz da vela leu essa afirmação bíblica a qual despertou dentro de si um mover para aquilo que hoje conhecemos como Reforma Protestante.

Dando continuidade a uma análise mais atenta aos termos que definem a prudência, temos a razão, a qual – neste contexto – cumpre o papel de juízo. Como, após observar e discernir possíveis caminhos se conclui quais são piores ou melhores? Bons ou ruins? Cabe à razão, a partir de princípios universais, entender e estabelecer essa distinção, no Evangelho, segundo Mateus (7:17-18) temos que: “Toda árvore boa produz bons frutos, porém a árvore má produz frutos maus. Não pode a árvore boa produzir frutos maus, nem a árvore má produzir frutos bons.”. Neste contexto, Jesus estava ensinando à multidão o que ficou conhecido como o Sermão do Monte. Nesta passagem estava advertindo para que as pessoas soubessem julgar – assim como julgamos uma fruta ser saborosa ou não – se uma pessoa tem bons atos e uma vida virtuosa ou não, se leva uma vida justa ou uma vida de pecado.

É certo que a estética e o gosto têm um discurso muito relativo e de fato tem grandes variações, porém, o fundo da fala do Sermão não se dá nas bases da estética ou do gosto. Devemos entender que o ponto central de Jesus, nesta fala, não é sobre o gosto, mas sobre discernir uma vida que é frutífera positivamente – isto é, faz prosperar a sua própria vida e a de outros – de uma que é negativamente, ou seja, traz ruína para a vida de outros e também para si.

Prosperar aqui não pode ser estritamente pensado em bases financeiras. Como se observa, o tema central deste estudo é a prudência, uma das virtudes mais importantes para a tradição Ocidental. A prudência contém em si, em seu próprio conceito, a ação.

Com isso, temos o “agir”. É impossível tratar da virtude da prudência tão somente em termos conceituais, deliberações e juízos, pois estas realidades podem se reduzir à esfera intelectual. A prudência, necessariamente, chega à esfera da razão prática, ao agir. A prudência é a reta razão do agir. Após identificar alguns caminhos, verificar quais pareciam próprios, julgar os que de fato são ou não, identificando a evidência universal do bem, o que fazer e como fazer diante das particularidades e individualidades das circunstâncias, chegando a ação apropriada. A prudência revela seu caráter em não ficar retida apenas nas reflexões e na razão quando promove a decisão para a ação, após deliberar e julgar o bem, nisto se consuma.

4.2. Dos momentos constituintes da prudência

4.2.1. As partes potenciais

Dadas estas explicações sobre os termos “reta”, “razão” e “agir”, podemos ir aos termos originais do latim usados por Tomás na questão 51 e aprofundar o entendimento da virtude da prudência. Nesta questão o autor descreve melhor as partes potenciais da prudência, ou seja, as partes que à medida que são usadas e exploradas, evidenciam ainda mais a virtude da prudência. As partes potenciais são designadas pelas palavras *eubulia*, *synesis* e *gnome* se relacionam diretamente com deliberar, julgar bem e perspicácia no juízo, respectivamente. A deliberação e o julgamento compõem o aspecto cognoscitivo da prudência.

Primeiro, a *eubulia*. Agostinho traduz esse termo por “aconselhar bem”. Segundo Aristóteles (ST II-II, Q. 47, A. 2 ad. 2), o prudente oferece bom conselho. Em termos aristotélicos, podemos traduzir o termo por deliberar. Tomás de Aquino tem a compreensão que une as perspectivas dos dois outros autores citados. Ele explica que *eu* significa bem, e *boulé* significa conselho ou deliberação.

O conhecimento intelectual dá possibilidade para ação livre, estabelecido justamente por um juízo prático individual com vistas ao fim. A deliberação exerce a função de analisar os meios, portanto, o conselho não trata de fins, mas dos meios (ST I-II, Q. 12, A. 4). A boa deliberação questiona se algo ou alguma

ação são próprias para o fim desejado, assim sendo, a deliberação é um processo de conhecimento orientado para um ato da vontade e sua intenção. *“Para Tomás, na eleição, o intelecto oferece a “matéria” da escolha. A vontade oferece o elemento formal da escolha. Por isso, a eleição é, antes, um ato da vontade do que o intelecto”*. (ST I, Q. 83, A. 8; cf. I-II, 13, 1) (FERNANDES, 2022b, p. 21)

Segundo, a *synesis*. Aristóteles defendeu que é inata no ser humano. Podemos entender essa palavra por sensatez ou julgar bem. Ou seja, para Aristóteles já nascemos com bom senso. Como vimos, após deliberar, o prudente deve julgar quais caminhos, opções e ações são mais próprias de serem tomadas. Nisto, encontramos que o juízo revela a retidão da razão.

Terceiro, a *gnome*. Esta palavra pode ser traduzida por perspicácia no julgamento. Diferente da *synesis*, a qual permite uma apuração mais lenta e meditada, a *gnome* designa decisões importantes que precisam ser tomadas em um curto espaço de tempo.

Em algumas ocasiões é necessário usar da prudência de maneira rápida. Temos por certo que o poder de decisão do prudente deve estar alinhado com suas experiências, as quais dizem respeito aos singulares acompanhadas do conhecimento de universais, os quais estabelecem princípios e valores. A sagacidade compõe a prudência em situações como essas.

Para melhor compreender a ideia de sagacidade e prudência, Isidoro destaca que solícito vem de *soles* (sagaz) e de *citius* (rápido). A sagacidade com contundência e profundidade consegue decidir-se pelo bem, vencendo a injustiça, covardia e intemperança. Aristóteles por sua vez escreveu: *“é preciso pôr em ação prontamente aquilo que foi deliberado, mas deliberar claramente”* e Agostinho: *“compete à prudência montar guarda e vigiar com o maior cuidado para que não sejamos enganados por uma má persuasão que se insinua pouco a pouco”* (ST II-II, Q. 47, A. 9)

4.2.2. As partes integrantes

Dadas estas distinções das maneiras de agir prudentemente, para melhor compreender a prudência, como Tomás a define, faz-se necessária uma

explicação de suas partes integrantes, ou seja, as partes que tornam a virtude da prudência uma virtude singular. A saber, as partes são oito: memória, intelecto ou inteligência, docilidade, sagacidade, razão, previdência, circunspeção e precaução. Vejamos cada uma delas.

A memória do passado é necessária para deliberar acertadamente a respeito do futuro (ST. II-II, Q. 49, A. 1, ad. 3). A memória pode ser pensada aqui como experiência acumulada. Tomás de Aquino evidencia que a sua matéria é o passado, necessária para servir conselhos sobre o futuro. A respeito da memória, para melhor compreendê-la, ele se valida da posição aristotélica:

Ora, o que é verdade na maioria dos casos, não pode ser sabido senão por experiência: também o Filósofo diz que "a virtude intelectual nasce e cresce graças à experiência e ao tempo". Por sua vez, "a experiência resulta de muitas recordações", diz ele ainda. Consequentemente, a prudência exige a memória de muitas coisas. Portanto, é conveniente que a memória seja considerada como parte da prudência. (ST II-II, Q. 49, A. 1)

Como pode se observar, a validação da memória como parte integrante da prudência está em fornecer experiências passadas singulares, as quais auxiliam diante de uma situação similar ou que tenham pontos em comum. É válido lembrar que a prudência se ocupa tanto de universais, quanto de singulares. Pois deve conhecer tanto os princípios universais da razão, quanto os singulares, os quais são o objeto das ações. (ST II-II, Q. 47, A. 3)

Além disso, em seu estudo, Tomás destaca quatro meios pelos quais pode-se aperfeiçoar a memória. No artigo de Lauand podemos observar um detalhamento destes pontos (ST II-II, Q. 49, A. 1, ad. 2; LAUAND, 2003, p. 319):

1. Identificar semelhanças condizentes; as semelhanças devem ser buscadas também com imagens, pois realidades espirituais precisam de coisas corpóreas para estarem apegadas;
2. Organizar o que se quer guardar na memória; buscando um encadeamento para lembrar com maior facilidade;
3. pôr interesse e amor nas coisas que se quer recordar; neste quesito o pedagogo deve tocar o sentimento e mover o afeto (ST II-II, Q. 177, A. 1);
4. meditar frequentemente nos objetos dos quais se quer lembrar;

Prosseguindo nas partes integrantes da prudência, temos a inteligência, que por sua vez é entendida estritamente como a reta avaliação de algum princípio. A inteligência diz respeito às coisas conhecidas e todo o procedimento prudente deve proceder do intelecto, por esta razão, Tomás estabeleceu a inteligência como parte integrante da prudência. Neste caso, a razão se distingue da inteligência. Enquanto a inteligência se refere pela íntima penetração da verdade, a razão se relaciona com a pesquisa discursiva. A prudência requer um bom raciocínio.

A docilidade é uma disponibilidade para receber a instrução. Trata de uma humildade do coração para aprender, é necessário que as pessoas instruem umas às outras, afinal de contas, quem tem experiência em um assunto ou situação pode aconselhar e instruir alguém que esteja passando por algo similar. Aqui uma descrição precisa feita por Josef Pieper:

“O que o termo designa é aquela disponibilidade leal que, em face da multiplicidade realista das coisas e das situações experimentadas, renuncia a refugiar-se estupidamente na absurda autarquia dum saber fictício. O que o termo designa é aquela capacidade de se deixar instruir, capacidade que brotem não duma vaga modéstia, mas simplesmente do desejo de conhecimento verdadeiro – o que já de resto necessariamente contém a autêntica humildade.” (PIEPER, 1960, p. 26)

Ou seja, sem *docilitas* a prudência não pode ser perfeita. Esta se associa claramente com a *eubulia*, no sentido de considerar opiniões e sentenças das pessoas mais experientes, pois pela experiência, se encontram os princípios. Porém a *docilitas* não pode ser superficial e renunciar a própria autonomia. O termo designa uma disponibilidade para aprender, um desejo verdadeiro de se deixar ensinar. O contrário, a autossuficiência é uma resistência à verdade

O artigo 4º é sobre a sagacidade. Segundo Andrônico a sagacidade é um hábito pelo qual, de repente, se descobre o que convém. A deliberação não deve ser necessariamente vagarosa, mas há situações que podem exigir improvisos, em casos assim, é necessário que a deliberação seja rápida, seja sagaz.

Por essa razão, Tomás diz, como já de resto tinham dito os gregos: “*deve-se ser lento na reflexão, mas o ato refletido deve executar-se rapidamente; uma segunda forma de imprudência é a indecisão*”. (PIEPER, 1960, p. 22)

Isidoro afirmou que “o prudente é assim chamado porque é como aquele que vê ao longe” (ST II-II, Q. 47, A. 1). A previdência assume este papel de ordenar os meios para o devido fim, ou seja, as ações contingentes que podem ser executadas pelo homem em vista de um fim (ST II-II, Q. 49, A. 6). Desta maneira, a previdência cumpre o papel de determinar com antecedência se um ato será ou não o caminho correto para se chegar ao fim desejado (PIEPER, 1960, p. 28)

A circunspecção tem vistas aos fins. Enquanto a previdência ordena os meios cabíveis para o fim, a circunspecção confere se estes meios estão conduzindo ao fim desejado ou não, se as circunstâncias estão sendo apropriadas para se alcançar o resultado, o fim desejado.

A precaução assume o papel de precaver-se do mal. A previdência diz respeito às boas escolhas, a precaução cumpre o papel de evitar as más, mesmo porque para se chegar a um fim, se faz necessário passar por etapas nas quais podem se confundir coisas boas e ruins. Se faz necessário discernir situações nas quais o mal tem aparência de bem.

Com todos estes atributos e qualificações, a prudência é considerada uma virtude especial. Como abordamos anteriormente, está entre as quatro virtudes cardiais. Mas precisamos notar que a prudência contém as demais virtudes cardiais (temperança, justiça e fortaleza), como foi dito anteriormente, a prudência é a guia das virtudes. Ou seja, somente o homem que é prudente pode ser justo, corajoso e temperado. Com isso temos que toda virtude é necessariamente prudente (ST I-II, Q. 63, A. 3).

Não há justiça e fortaleza que possam opor-se à virtude da prudência; e todo aquele que for injusto é, ao mesmo tempo e antes de mais nada, imprudente (PIEPER, 1960, p. 14). A prudência é o “padrão da justiça, da fortaleza e da temperança; a prudência constitui a antecipação, a prefigura de todo o ato moral” (PIEPER, 1960, p. 15). Não se é corajoso, justo ou temperante se não se é prudente; Tomás chega a confirmar que prudência é a razão daquilo que torna virtudes as outras virtudes (ST II-II, Q. 51, A. 2) E Pieper conclui que a prudência atua em todas as virtudes e todas as virtudes participam da prudência. (PIEPER, 1960, p. 16) Lembrando que segundo a tradição cristã, incluindo Tomás de Aquino, a prudência passa pela caridade, a qual dá forma e constitui princípio necessário para todas as virtudes.

Pensar na centralidade da prudência com relação a vida e às demais virtudes pode nos conduzir ao artigo 6 da questão 47 da *Suma Teológica*. O artigo é iniciado com a pergunta: “A prudência determina o fim para as virtudes morais?”. A resposta é não, pois o fim é determinado pela razão, enquanto a prudência dispõe os meios. Porém, a função da prudência não é alcançar o meio-termo das virtudes morais, mas – novamente – dispor os meios para se chegar ao fim, neste caso, o meio-termo da virtude mesma. Sendo assim, toda virtude moral deve ser prudente, internamente formada e estruturada pela prudência, assegurando a razão (intelectual) em todo agir (moral) humano.

4.2.3. As partes subjetivas

Outro elemento que devemos analisar e meditar com o estudo da *Suma Teológica* sobre a prudência é relativo ao seu caráter privado e público. No artigo 11 da questão 47, Tomás deixa claro que a prudência, assim como os hábitos, serve a diferentes esferas. As partes subjetivas se dão com relação ao sujeito e suas esferas de atuação.

Dada a definição que tivemos até aqui sobre esta virtude, é difícil pensá-la restrita tão somente à esfera individual. Mas deve ser pensada e aplicada também à família, à cidade e à nação. O homem prudente deve fazer notável a sua prudência em seus projetos e objetivos individuais, bem como deve transparecer e repassar isso aos seus familiares, e se sua influência é ainda maior, deve impactar também a sua cidade e até o próprio país. Se este exerce ou está submetido a alguma liderança, deve igualmente aplicar a prudência.

A estas diferentes partes ou esferas nas quais a prudência atua, Tomás de Aquino nomeia partes subjetivas da prudência. Nisto temos que a ciência do governo, a política, a economia e a arte militar são partes desta virtude. Segundo Tomás, “um regime é tanto mais perfeito quanto mais universal for alcançando um maior número de bens e atingindo um fim mais elevado” (ST II-II, Q. 50 A. 1). A ciência do governo tem relação direta com o monarca, sistema governamental que Tomás experimentou em sua vida. A parte política em geral diz sobre a prudência de súditos, escravos em relação às suas autoridades, que supostamente deveriam estar mais ligados com a ciência do governo. A

econômica se conecta mais ao âmbito familiar e esta se confirma como uma das partes porque a família ocupa o meio entre uma pessoa individual e a cidade ou reino; pois, como uma pessoa individual é uma parte da família, assim, a família é uma parte da cidade ou reino (ST II-II, Q. 50, A. 3). A prudência da arte militar se associa diretamente, segundo Tomás de Aquino, com os conselhos aos quais o chefe de exército ouve e segue, nisto o autor encontra base no livro de Provérbios (24:6), o qual afirma que “com conselhos prudentes tu farás guerra, e há vitória na multidão dos conselheiros”.

O apóstolo Paulo na sua epístola aos Colossenses (3:23-24) escreveu: “E tudo quanto fizerdes, fazei-o de todo o coração, como para o Senhor e não para homens, conscientes de que recebereis do Senhor a recompensa da herança. É a Cristo, o Senhor, que estais servindo!” Nesta passagem está contido um dos mais importantes preceitos éticos da vida cristã.

Independente da área de atuação e cargo, independente do que se faça, o cristão deve, ou ao menos deveria fazer as coisas com excelência, pois, como está escrito, deve ter a consciência de que está servindo o próprio Deus.

Vemos também na carta aos Efésios (6:5-10) a confirmação e detalhamento desta ética e dessas esferas:

Quanto a vós outros, escravos, obededei a vossos senhores terrenos com todo o respeito e temor, com sinceridade de coração, como a Cristo, não servindo a vista, como para agradar a homens, mas como servos de Cristo, fazendo de coração, a vontade de Deus, servindo de boa vontade como se servissem ao Senhor e não aos homens. Certos de que cada um, seja escravo, seja livre, receberá do Senhor a recompensa por todo o bem que fizer. E vós, senhores, de igual modo procedei para com vossos servos. Abandonai as ameaças, pois tendes conhecimento que o mesmo Senhor deles é vosso Senhor também, que está no céu e não faz diferença entre pessoas.

Antes disso, o apóstolo escreve também sobre o papel de pais, mães e filhos. E na segunda carta a Timóteo (2:4-5): “Ninguém que milita se embarça com negócios desta vida, a fim de agradar àquele que o alistou para a guerra. E, se alguém também milita, não é coroado se não militar legitimamente”. Com estes textos, fica evidente que em cada posição social, independentemente de seu status, as pessoas devem se preocupar primeiramente em agradar e servir a Deus, observando – de maneira especial – o tratamento com as pessoas e com

o seu próprio serviço. A prudência não se preocupa somente com o bem privado – individual – mas também com o bem comum – coletivo. Governantes e súditos devem exercer a prudência em vista do bem comum.

Dada esta explicação sobre as partes subjetivas da prudência, observamos que Aristóteles, por sua vez, defendeu que o prudente deve buscar o próprio bem. Ele sustenta, que se alguém busca o bem comum ou de outros, *negligenciam o seu próprio bem* (ST II-II, Q. 47, A. 10 ad. 2).

Para argumentar sobre a aplicabilidade da prudência às multidões, Tomás de Aquino faz um contraponto à perspectiva de Aristóteles. Enquanto o conceito aristotélico de prudência está intimamente ligado à ideia de o prudente buscar o próprio bem, a perspectiva aquinate vai em direção ao que escreveu Máximo Valério, quem afirmou que os antigos romanos "preferiam ser pobres em um império rico a serem ricos em um império pobre" (ST II-II, Q. 47, A. 10, ad. 2).

Além desse contraponto, Tomás, valendo-se na primeira carta aos Coríntios (10:33) do apóstolo Paulo, defende a ideia de bem comum, de um viver voltado para a multidão, baseando-se na concepção cristã de caridade: "É assim que eu me esforço por agradar a todos em tudo, não procurando o meu interesse pessoal, mas o do maior número, a fim de que sejam salvos".

Ou seja, Tomás encontra na vida cristã o argumento necessário para defender que a prudência deve ser, necessariamente, aplicada para além da esfera particular de uma pessoa. Quando está relacionada a outras pessoas, a virtude se consuma não só quanto ao próprio indivíduo, sendo somente ele impactado, mas também impactando a realidade ao seu redor.

Por outro lado, quanto à aplicabilidade da prudência no dirigir e governar, Tomás defende que o escravo e o súdito enquanto cumprem essas funções não precisam usar da razão, pois, segundo a cultura e pensamento deste tempo, basta a estes a obediência. Em sua concepção, o governador, a pessoa que exerce alguma posição política deve ser prudente, assim como um arquiteto precisa da arte. Porém, o próprio autor reconhece que a prudência é necessária a todos: "Mas, dado que todo homem, enquanto racional, participa em algo do governo segundo o julgamento da razão, nessa medida lhe convém possuir a prudência". (ST II-II, Q. 47, A. 11)

A partir da tradição aristotélica entendemos que a política é uma arte “arquitetônica”, ou seja, todas as artes deveriam ser regidas pela arte política. A função política estabelece relação direta com o governante. Desta maneira, conclui-se que a prudência individual e a doméstica não têm tanto alcance quanto à prudência política.

5. Sobre os meios de se tornar prudente: conhecimento, conselho e hábito

Como resposta ao terceiro ponto do artigo 15, no qual Aristóteles sustenta que animais irracionais possuem certas prudências naturais, Tomás defende que os animais repetem o mesmo agir, enquanto o ser humano, pelo uso da razão, conhecedora dos universais, se estende a infinitos singulares (ST II-II, Q. 47, A. 15 ad. 3), podendo encontrar diferentes soluções para problemas e formas distintas de agir ou reagir diante de um mesmo acontecimento. Aqui o que Pieper escreveu com precisão:

Sendo assim, “o bem humano modifica-se de maneiras variadas, de acordo com as diferentes condições do homem com os tempos, com os lugares, etc”. Não se modifica o fim último do agir humano e a sua direção fundamental. Em qualquer “condição do homem subsiste, sempre e acima de tudo, o dever de ser justo, corajoso e temperado. As formas concretas de realizar este dever imutável é que podem seguir uma infinidade de caminhos (PIEPER, 1960, p. 38)

Observamos essa distinção entre o agir prudente dos animais, os quais agem por uma necessidade de sobrevivência e – muitas vezes – por repetição. Vemos que o ser humano, por sua vez, goza de uma liberdade totalmente própria de sua espécie.

Além desse contraste entre o homem e os animais, Tomás de Aquino defende que não existe virtude dada por natureza, podemos obter virtudes pelo hábito, pela repetição das ações. A prudência não é inata em nós, “não somos prudentes naturalmente, mas graças ao ensinamento e à experiência” (ST II-II, Q. 47. A. 15). Temos princípios naturais preexistentes em nós para desenvolver estas virtudes. Assim como as virtudes teologais correspondem a hábitos causados em nós por Deus (ST I-II, Q. 63, A. 1-3)

É necessário entender que a expressão "por natureza", nesse sentido da virtude é entendida aqui como princípio de necessidade; sendo assim, as virtudes não se produzem por natureza, e nem tampouco contra a natureza, diante disso, Aristóteles afirmou: " Não é, pois, por natureza, nem contrariando a natureza que as virtudes se geram em nós. Diga-se, antes, que somos adaptados por natureza a recebê-las' e nos tomamos perfeitos pelo hábito" (EN II,1,1103a 25-27). A virtude não é nem natural, nem inatural ao homem. O homem adquire essa capacidade pela prática, pela ação; tornamo-nos justos e moderados pela prática de atos justos ou moderados:

Com efeito, as coisas que temos de aprender antes de poder fazê-las, aprendemo-las fazendo; por exemplo, os homens tomam-se arquitetos construindo e tocadores de lira tangendo esse instrumento. Da mesma forma, tornamo-nos justos praticando atos justos, e 'assim com a temperança, a bravura, etc (EN II,1,1103 b 1-5)

O hábito é um princípio do agir humano, a partir do qual o homem tem a possibilidade de aperfeiçoar suas potências e exercer sua liberdade, o modo pelo qual tem o próprio ser. A virtude é assim chamada quando orientada para a felicidade, através do bom hábito. O vício é assim chamado quando orientado em um sentido diferente da felicidade, através do hábito ruim. *Habitus* é a habilitação ou disposição estável da alma para operar ou agir bem. A virtude é uma espécie de hábito. Pelas virtudes, a alma humana determina seus atos. (OLIVEIRA, 2015, 78)

Além disso, Scherer esclarece que existem hábitos que “são movimentos naturais das várias potências do ente, inscritos na forma entitativa do ente” (SCHERER, 2018, p. 75), ou seja, os movimentos do corpo: andar, correr, comer, etc. Chesterton evidencia o hábito na razão especulativa, a qual por exemplo, compreende o princípio de não contradição:

É instantaneamente aparente, mesmo à criança, que não pode haver afirmação e contradição ao mesmo tempo. Qualquer que seja a coisa que ela vê, uma lua, uma miragem, uma sensação ou estado de consciência, quando vê, ela sabe que não é verdade que ela não vê. Ou qualquer coisa que ela esteja fazendo, vendo, sonhando ou tendo consciência de uma impressão, ela sabe que se a está fazendo é uma mentira que não a esteja fazendo. (CHESTERTON, 2015, p. 147)

Retomando o papel do conselho, a partir do conceito de *eubulia*, vemos que o homem prudente se torna bom conselheiro de si ou de outros (ST II-II, Q. 50, A. 1). *Eubulia*, como descrevemos, pode ser traduzida por: “aconselhar bem” ou “deliberar bem”. Neste sentido, o prudente é aquele que sabe seguir bons conselhos e sabe também dar bons conselhos. “Segundo Aristóteles, é a boa deliberação, o juízo correto sobre a correspondência entre meios e fim. O bem deliberar é dos sábios, e sabedoria consiste no juízo verdadeiro sobre a correspondência entre meios e fim” (EN, VI, 9, 1142 b 5 apud ABBAGNANO, 2007, p. 390). Desta maneira, temos por via de regra que os anciãos são detentores de maior prudência, pois suas paixões sensíveis estão mais apaziguadas e terem uma experiência prolongada, registrada pela memória (ST II-II, Q. 47, A. 15 ad. 2). Por natureza, os jovens têm capacidade para o conhecimento matemático, porém, com a falta de experiência e conhecimento pode ser impreciso em suas ações e deliberações.

Tomás define conselho como sendo uma ação racional movida pela investigação da razão ou deliberação (ST II-II, Q. 52, A. 1). Além disso, o objeto da prudência é o mesmo do conselho, ou seja, é referente “às ações a serem feitas em vista do fim” (ST II-II, Q. 52, A. 2). Desta maneira, o conselho compõe e aperfeiçoa a prudência.

Na experiência cristã, o conselho está relacionado diretamente com o Espírito Santo. “Muitas vezes os grandes santos amaram o cotidiano e o habitual, e que muitas vezes tiveram receio de tornar indevidamente o seu secreto desejo de ‘extraordinário’ pelo ‘conselho’ do Espírito Santo” (PIEPER, 1960, p. 54) De forma resumida, o Espírito Santo é o próprio Deus, compondo a Trindade com o Pai e o Filho. No livro de Joel (2:28-32), há uma profecia que afirma um derramar do Espírito Santo sobre toda a carne, em Atos dos Apóstolos (2:1-13) há registros dessa vinda, a qual o próprio Jesus também anunciou que aconteceria. Além do mais, é dito no evangelho de João (14:26) que o Espírito Santo é conselheiro e que habita no interior das pessoas, segundo a primeira carta ao Coríntios (6:19) do apóstolo Paulo. Com esta compreensão, Tomás afirma que o Espírito Santo tem o dom do conselho e é este mesmo Espírito que move a alma humana, capacitando-a a dirigir a si mesma e aos outros (ST II-II, Q. 52, A. 2).

Assim como precisamos nos alimentar e beber água regularmente para o bom funcionamento do nosso organismo, é necessário um mover contínuo de Deus – mais especificamente, na experiência cristã, pelo Espírito Santo – instruindo e dirigindo as pessoas à vida prudente. O próprio Tomás de Aquino exemplifica:

Assim como o motor contínuo e o sol exercem a função de perseverar o movimento e a luz, assim Deus o faz com a virtude nos humanos. Não adquirimos de uma vez só e alcançamos sua plenitude, mas devemos ser regados continuamente. É o contrário de uma casa que é construída, o construtor não continua a edificá-la. (ST II-II, Q. 52, A. 3)

Por sua vez, o conselho versa sobre coisas que devemos fazer para alcançar um fim (ST II-II, Q. 47, A. 2). A plenitude humana só é alcançada tendo em vista a sua causa final, que o liga ao seu *telos*, o seu fim. Como sabemos, a causa final do homem, segundo Aristóteles e Tomás de Aquino, é a felicidade. Por esta razão, visando o bem, visando a felicidade, os conselhos devem ser dados neste sentido. Para se construir uma casa, são necessários alguns elementos, conceitos e conselhos, mas uma vez que está finalizada, essas coisas já não têm tanta importância para a obra concluída, após cavado e posto o alicerce, a estrutura de água, esgoto e energia, não são mais visíveis e cumprem o seu papel. De tempos em tempos serão necessárias reformas ou algumas manutenções pontuais, mas nada que demande tanto quanto no tempo da construção.

Por outro lado, o ser humano necessita a todo momento de aprendizado, de lidar com novas situações. Para a devida aplicação da prudência, para serem chamados prudentes, vão precisar aprender a deliberar, julgar e decidir pelas melhores ações a serem tomadas para se chegar ao devido fim.

6. A imprudência e vícios que se opõem à prudência

Uma forma de acessarmos melhor um conceito ou situação é observar a sua parte contrária, ou uma outra perspectiva que favoreça a amplitude do entendimento. Para melhor descrever e aprofundar a compreensão sobre a

prudência, tratada nas questões 53 a 55 sobre a imprudência, a negligência e sobre vícios opostos à prudência, mas que têm semelhança com esta.

No caso, o contrário da prudência, a sua recusa é a imprudência. Tomás de Aquino logo a associa com o pecado, ou seja, a pior vivência que um cristão pode ter, pois vai contra toda uma conduta de vida almejada pelos escritos bíblicos, dogmas e condutas instituídos pela religião. O contrário do pecado é a santidade. E o Deus cristão é chamado um Deus santo, ou seja, um Deus separado do pecado, perfeito.

Assim sendo, o seguidor da ética e princípios cristãos deve fugir do pecado, entendendo que naquilo que se assemelha a Deus, na sua santidade, deve atribuir a honra totalmente ao próprio Deus e não a si mesmo. Como Tomás observou no exemplo da construção da casa, não é mais necessário que um primeiro motor continue a construir uma casa que está estabelecida e acabada, porém o aperfeiçoamento do homem é diário, e o motor para que isso aconteça é da parte de Deus.

O apóstolo Paulo escreve na segunda carta aos Coríntios (4:7): “Temos, porém, esse tesouro em vasos de barro, para que a excelência do poder seja de Deus e não de nós”. Tomás cita o provérbio que diz: “Há um tesouro precioso e óleo na habitação do justo, mas o homem imprudente os dissipará”. De forma direta, devemos entender que o tesouro e o óleo nestas passagens são figurações da presença de Deus e como isso se relaciona diretamente com a prudência ou a falta desta, a imprudência.

Como foi tratado anteriormente, a virtude da prudência é considerada especial, por sua atuação e relação com as demais virtudes. O mesmo se dá com a sua parte contrária, a imprudência. “Assim como a prudência participa, de algum modo, em todas as virtudes, do mesmo modo a imprudência participa de todos os vícios e pecados” (ST II-II, Q. 53, A. 2). Com isso, temos que a imprudência é um vício especial.

Para melhor compreender a imprudência para Tomás vejamos o seguinte trecho:

A imprudência pode ser entendida em dois sentidos: como privação e como contrariedade. - No sentido negativo, a palavra não é empregada com propriedade, porque implica a simples carência de prudência, que pode ser sem pecado. - Em sentido

privativo, há imprudência quando alguém carece de prudência que naturalmente devia ter. Nesse sentido, a imprudência é pecado por negligenciar os esforços necessários para adquirir a prudência. (ST II-II, Q. 53, A. 1)

Em um primeiro sentido, temos a imprudência por carência da prudência, ou seja, alguém deixa de ser prudente por não saber ou não entender exatamente sobre a situação. Seja por falta de experiência, seja por falta de aprendizado.

Em um segundo sentido, temos a imprudência por negligência da prudência, ou, seja, quando a pessoa é imprudente sabendo o que pode ou não pode ser feito, o que deve ou não deve ser feito. Nestas situações, a pessoa já adquiriu o entendimento e experiência necessários para discernir, julgar uma situação e comandar a ação. Porém, é falha em sua volição e eleição para o fim bom. Por esta razão, Tomás trata como pecado quando alguém é imprudente por negligência. Esta ideia está registrada na carta de Tiago (4:17), que escreveu: “Portanto, aquele que sabe que deve fazer o bem e não o faz nisso está pecando”.

A negligência por sua vez implica a falta de solícitude devida, se opondo à diligência (ST II-II, Q. 54, A. 1). Traz similaridade com a preguiça e a indolência; A negligência se opõe diretamente à solícitude; de fato, Isidoro diz: "negligente significa o que não elege". Ora, a reta eleição dos meios pertence à prudência.

Tomás de Aquino encontra também a contraposição das partes potenciais da prudência, as quais destacamos anteriormente: *eubulia*, *synesis* e *gnome*. Vejamos o que ele escreveu:

Por exemplo, a falta de deliberação, do que a *eubulia* se ocupa, é precipitação ou temeridade. espécie de imprudência. A falta de julgamento, objeto da *synesis* e *gnome*, é inconsideração. A falta de preceito, que é ato próprio da prudência, é a inconstância ou negligência (ST II-II, Q. 53, A. 2)

Temos primeiro a precipitação ou temeridade se contrapondo ao deliberar bem, quando uma pessoa se decide de maneira abrupta e sem considerar os meios ou possibilidades, geralmente cai em erro. Como vimos, a *eubulia* é considerada também como a parte da prudência que diz respeito ao conselho, com isso, se conclui que a precipitação é também um defeito no ato do conselho.

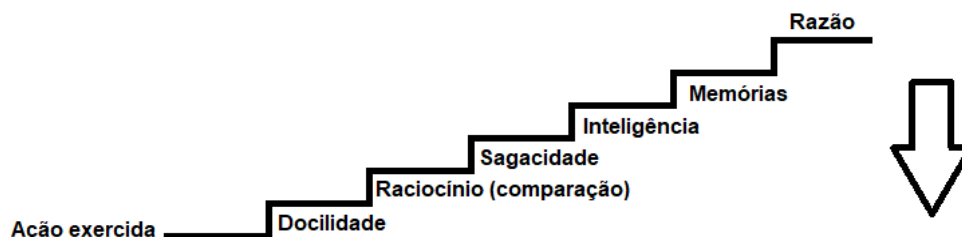
Segundo Gregório o dom do conselho serve para evitar a precipitação; precipitação que por sua vez implica certa pressa desordenada. Com relação ao conselho, não somente ocorre que alguém possa pecar por ser apressado, mas também se é demasiadamente lento, de tal modo que deixe passar o momento oportuno de agir. (ST II-II, Q. 53, A. 3)

Na sequência, em segundo lugar, temos a falta de julgamento se contrapondo ao bom juízo, ou bom senso exercido pela prudência a partir de um conhecimento prévio de universais e individual a partir de experiências, ensino e conselhos. Não julgar é como tomar por iguais coisas boas e ruins. Ocorrendo até mesmo a confusão de considerar o bom ruim e o ruim bom.

A inconsideração é a terceira contraposição descrita, esta se opõe ao juízo ágil, ou perspicaz. Pessoas que paralisam diante de situações adversas ou que exigem um pensamento rápido podem estar sendo imprudentes na *gnome*, não conseguindo avançar por conta da inconsideração. Com isso, temos que a inconsideração é uma falha no ato do julgamento, especificamente no que se faz necessário agilidade.

Retomando Isidoro, sobre a prudência se relacionar com a visão, temos o provérbio que diz: "Que teus olhos contemplem o que é reto e tuas pálpebras precedam teus passos"; a inconsideração é um fechar dos olhos, é um não ver. Não se permitir ver. Finalizando os comentários próprios ao trecho em destaque, temos a inconstância ou a negligência. Tomás observa que a inconstância renúncia um bem maior por um bem menor, recusando o agir prudente (ST II-II, Q. 53, A. 5). Esta ocorre no ato de império, ou seja, de ordem. A razão falha no ato de imperar as ações.

Ainda quanto ao erro da precipitação, Tomás de Aquino evidencia como pode ser problemático através da imagem de uma escada, na qual a parte mais alta é a razão e os seus desdobramentos se concluem na ação exercida. Vejamos de forma resumida esta representação (ST II-II, Q. 53, A. 3):



Neste esquema temos que respeitar uma ordem descendente, reconhecendo a primazia da razão em encaminhar os demais degraus para chegar em um solo seguro para a ação exercida. Qualquer degrau ignorado ou pulado nessa descida é considerado precipitação. Quando uma pessoa se move pelo ímpeto da vontade ou da paixão, tem a tendência de cair na precipitação.

A verdadeira prudência é aquela que visa não a parte de um bem, mas o bem humano em sua totalidade, que visa não somente o ter, mas também e antes de tudo o ser. Afinal a ética, como definimos, é um estudo do ser do homem. A verdadeira prudência não é aquela que visa apenas o bem do indivíduo, mas também o bem comum, o bem de todos.

Com isso, passamos a detalhar vícios que se assimilam com a virtude da prudência, alguns dos quais podem vir a ser pecados. Este é um assunto importante de se estudar, pois guarda uma das noções mais necessárias e confusas da experiência cristã. Afinal, até onde pode ir a preocupação e solicitude pelas coisas desta vida para um cristão? Tomás esclarece um pouco sobre o tema neste trecho:

Mas, se o cuidado do corpo for ordenado para um fim honesto, como é comer para sustentar o corpo, não é propriamente prudência da carne, porque, nesse caso, o homem usa o cuidado do corpo como um meio. (ST II-II, Q. 55, A. 2)

Neste caso, o autor pontua uma situação na qual a prudência se serve do cuidado do corpo, é prudente que o ser humano se alimente, afinal de contas, sem alimento, pode vir a morrer de fome. Porém, há uma linha tênue para que isso se torne um pecado de gula. O problema da prudência da carne é quando esta assume o fim último da própria vida (ST II-II, Q. 55, A. 3), quando isso ocorre, configura-se o pecado. O objeto da prudência é aquilo que se ordena ao fim de toda vida. *Por isso, a prudência da carne significa propriamente que*

alguém tenha para si os bens carnis como último fim da própria vida. (ST II-II, Q. 55, A. 1) Não visam o bem total do viver humano, mas se movem por egoísmo. Por vezes, acontece da prudência ser deturpada, configurando-se como falsa prudência. A razão pode vir a ordenar *a ação para um fim que não é bom, mas, somente na aparência, e isto é próprio da prudência da carne* e em outros casos usar de vias não verdadeiras, mas fingidas e aparentes para um fim quer seja bom ou mau, a isto chama-se astúcia. (ST II-II, Q. 55, A. 3)

Por fim, para melhor entender e comentar sobre a linha tênue entre a verdadeira prudência e a prudência da carne, temos a solicitude. Diante da vida e das necessidades quotidianas, precisamos nos ater um tempo e refletir sobre a solicitude pelas coisas temporais, este é o artigo 6 da questão 55 do atual estudo. Vejamos o que diz Tomás:

Ora, a solicitude pelas coisas temporais pertence, às vezes, às obras de misericórdia, quando alguém, por exemplo, é solícito por ocupar-se dos negócios das crianças e dos pobres. Logo, a solicitude pelas coisas temporais não é ilícita. (ST II-II, Q. 55, A. 6)

Neste caso, a solicitude é validada e apoiada. Mas vemos o próprio Tomás de Aquino em sentido contrário trazendo o evangelho de Mateus: *"Não queirais ser solícitos, dizendo: Que comeremos? que beberemos? com que nos vestiremos?"* (Mateus 6:31) coisas essas todas necessárias.

De um lado temos uma solicitude positiva e de outro uma solicitude negativa. No primeiro caso trata de necessidades básicas, o que também ocorre no segundo caso. Como fazer essa distinção? Reside no entendimento sobre a prudência da carne, que basicamente, pode se traduzir por avareza, vício ao qual a prudência se opõe. Segundo Pieper, *"avareza" significa neste caso mais do que o amor desordenado ao dinheiro e aos haveres; desmedida aspiração a toda espécie de "posse"* (PIEPER, 1960, p. 32).

Tomás de Aquino enumera três formas pelas quais a solicitude se torna ilícita, isto é, inválida e prejudicial para o homem:

1. Quando procuramos os bens temporais como fim; ocorre nas vezes em que o ser humano guia toda sua vida em direção a obter dinheiro para ter os bens desejados;

2. Empenho demasiado em procurar as coisas temporais, que faz o homem afastar-se das coisas espirituais, às quais deve sobretudo aplicar-se; seja o trabalho, status, dinheiro, fama, se alguém tem muita dedicação a isso, é difícil sobrar tempo e energia para ir atrás do que é espiritual.
3. Gerando um temor exagerado; ter medo do futuro é justamente o que Jesus estava tentando ensinar a não ter na passagem bíblica de seu discurso que é conhecido como “O Sermão do Monte”. Tal temor pode ser paralisador, inclusive gerar doenças psicológicas e emocionais. A busca deste sermão é ensinar as pessoas que não devem andar ansiosas, nem solícitas, nem preocupadas, pois o próprio Deus se importa com elas

Afinal a sequência do evangelho de Mateus, citado logo acima, registra que

vosso Pai celeste sabe que necessitais de todas elas; buscai, pois, em primeiro lugar, o seu reino e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas. Portanto, não vos inquieteis com o dia de amanhã, pois o amanhã trará os seus cuidados; basta ao dia o seu próprio mal. (Mateus 6:32-34)

Desta maneira, a solicitude pelo futuro não deve ocupar uma pessoa, pois Deus garante que cuidará de cada dia (ST II-II, Q. 55, A. 7). A prudência não se constitui como “timidez moral ou mesquinhez egoísta do homem que só se preocupa com sua autopreservação e com seus interesses utilitários”. (FERNANDES, 2022a, p.166)

Logo, a solicitude e anseio do cristão por excelência deve estar voltado para buscar as coisas concernentes aos céus, traduzidas neste texto por “seu reino” e “sua justiça”. Tomás de Aquino oferece a solução para estas três formas de solicitude:

O Senhor exclui esse sentimento de três maneiras. Primeiro, por causa dos maiores benefícios concedidos por Deus ao homem sem que ele os solicite, benefícios que são o corpo e a alma. Segundo, por causa da ajuda concedida por Deus aos animais e às plantas independentemente de qualquer obra humana, na medida de sua natureza. Terceiro, pela providência divina, por cuja ignorância os gentios eram solícitos antes de tudo, por procurar bens temporais. Por isso, o Senhor conclui que nossa solicitude principal deve ser pelos benefícios espirituais, na esperança de que mesmo os bens temporais serão fornecidos

de acordo com nossas necessidades, se fizermos o que devemos. (ST II-II, Q. 55, A. 6)

7. Conclusão

Com esta pesquisa pudemos compreender que há uma profunda e extensa sistematização acerca das virtudes. Um composto filosófico que une termos e conceitos importantes, a partir dos quais a filosofia ocidental se desdobrou. O diálogo estabelecido por Tomás de Aquino com o pensamento de Aristóteles estabelece uma via para compreender ambos autores. "Ler Aristóteles ajuda a entender Tomás de Aquino; ler Tomás de Aquino ajuda a entender Aristóteles".

Quanto à prudência, aprendemos que se trata muito mais de uma virtude essencial e que conduz a vida para o seu fim último, para o bem do que uma "cautela", um senso de receio e precaução perante a vida. Não, a prudência conduz a coragem a agir e tornar o homem responsável por suas ações. Neste sentido, a pesquisa da prudência fornece um excelente caminho para a auto realização de "tornar-se quem é", em uma perspectiva essencial.

Por estarmos inseridos em um tempo no qual a realidade virtual é presente para as pessoas, as possibilidades de deliberação, juízo e eleição são cada vez mais inumeráveis. Neste caso, a prudência exerce papel fundamental ao delinear o que será levado em consideração pela *eubulia*, pela deliberação. Então, ao invés de se perder na multiplicidade das possibilidades, a virtude faz um recorte na realidade (seja ideal, virtual ou concreta). Com este passo, temos um desafogo e podemos ser mais eficazes no que nos propomos.

O entendimento de tal eficácia, através da vida virtuosa é, sem dúvidas, a maior contribuição e colocação desta investigação. Pois orienta o homem a se posicionar nos trilhos do seu viver, rumo a sua liberdade. A ser quem, desde o princípio, já é.

No âmbito pessoal, este estudo me colocou em uma posição na qual revisei não só conceitos e conteúdos abordados ao longo do curso de graduação em licenciatura de filosofia, mas também técnicas próprias do filosofar. Vendo a plena capacidade de guiar outros estudantes à reflexão e

escrita filosófica, para melhor compreender suas realidades, aplicando as meditações, comentários e críticas para um caminho da vida plena, almejada pelos antigos filósofos, a vida feliz, realizada em sua potencialidade.

O conceito de prudência de Tomás de Aquino é atual. Só é livre quem assume a responsabilidade pela própria vida, não delegando o peso da decisão a outras instâncias, seja através de governadores, legisladores, especialistas, terapeutas, analistas, gurus ou sorte de esoterismos (LAUAND, 2003, p. 317). Não se libertar do peso da responsabilidade transferindo o problema para Deus ou demônios (ou para o sobrenatural). Certamente, Deus pode inspirar-nos em nossas dificuldades de decisão e a Ele, devemos humildemente recorrer para pedir luzes e discernimento. O problema, nisso como em tudo, são os abusos. (LAUAND, 2003, p. 323) A primeira das virtudes cardeais não é apenas o índice da maioria moral; é também, e precisamente por isso, o índice da liberdade (PIEPER, 1960, p. 44).

A prudência traz consigo o enfrentamento do peso da incerteza, que tende a paralisar os imprudentes, “não há nada de mais sedutor para o homem do que o livre arbítrio, mas também nada de mais doloroso. [...] esmagado sob essa carga terrível: a liberdade de escolher?” (DOSTOIEVSKI, 1970, p. 268). Por essa razão muitos preferem seguir pela via de delegar a outros a autonomia da própria vida. A fala do Grande Inquisidor, presente no livro *Irmãos Karamázovi*, de Dostoiévski traz em termos ainda mais intensos e dramáticos a realidade ética que implica a responsabilização humana a partir da prudência, na seguinte passagem vemos que a massa se abdica de decidir e se deixa escravizar, preferindo até “mesmo a morte à liberdade de discernir o bem e o mal”. E, assim, os subjugados declaram de bom grado: “Reduzi-nos à servidão, contanto que nos alimenteis” (DOSTOIEVSKI, 1970, p. 266-268).

Assim como existe um processo de maturação dos frutos na agricultura, a monografia foi amadurecendo até ganhar a presente forma. Tal maturação, e uma concepção clássica, se dá sempre primeiro no interior do ser do autor, logo, pude aprender conceitos profundos e ver minha própria vida sendo transformada, em uma iniciativa de não mais delegar a outros o peso de decisões que me são próprias, mas livre para discernir, buscando bons conselhos, para

melhor decidir. Viver de maneira prudente não se coloca dentre uma de várias opções, mas a única possível.

8. Bibliografia

- ABBAGNANO, N. Dicionário de Filosofia. Trad. Alfredo Bosi. Martins Fontes. São Paulo, 2007.
- AGOSTINHO. O Livre-arbítrio. Trad. Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995 – Patrística.
- ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Trad. de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. Os pensadores. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1973.
- AUBENQUE, P. A Prudência em Aristóteles. Trad. Marisa Lopes. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.
- CHESTERTON, Gilbert Keith. Santo Tomás de Aquino. 3ª Edição. Campinas: Ecclesiae, 2015.
- DOSTOIÉVSKI, F. Os Irmãos Karamázovi. Trad. Natália Nunes e Oscar Mendes. Abril cultural, 1970.
- FERNANDES, M. Ética, 2022a. Brasília: Notas de Aula. Digitalizado.
- _____. Filosofia Medieval, 2022b. Brasília: Notas de Aula. Digitalizado.
- GUITTON, J. e ANTIER, J-J. O Livro da Sabedoria e das Virtudes Reencontradas. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.
- ROSA, J. G. Grande Sertão: Veredas. 22ª ed. Companhia das Letras, 2019.
- LAUAND, L. J. A Arte de Decidir: A Virtude da *Prudentia*. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, N. 2, jul./dez. – 2003 (Conferências e Debates) p. 315-324.
- OLIVEIRA, E. M. A Prudência na Suma de Teologia de Tomás de Aquino **Kínesis**, Vol. 76 VII, nº 15, Dezembro 2015, p.75-87.
- PIEPER, J. Virtudes Fundamentais. Trad. Narino e Silva e Beckert da Assumpção. Lisboa: Editora Aster, 1960.
- REALE, G. R.; ANTISERI, D. História da filosofia: patrística e escolástica, v.2 – São Paulo: Paulus, 2003.
- SCHERER, Daniel C. A Raiz Antitomista da Modernidade Filosófica. 1ª Edição. Formosa: Edições Santo Tomás, 2018.
- SILVEIRA, Sidney. Cosmogonia da Desordem: Exegese do declínio espiritual do ocidente. Rio de Janeiro: Edições C.I. 2018.

TOMÁS DE AQUINO. Suma Teológica. Volume 1-9. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

TORRELL, JP. Santo Tomás de Aquino: Mestre Espiritual. 2.ed. São Paulo, Loyola, 2008.

VAZ, H. C. de L. Introdução à ética filosófica 2. Escritos de filosofia V. Ed. Loyola, São Paulo, 2004.